



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
PRO-REITORIA DE ENSINO TÉCNICO, MÉDIO E EDUCAÇÃO
A DISTÂNCIA - PROEAD
PEDAGOGIA PARFOR/CAPES/UEPB**

ANTONIA MARIA COUTINHO SERAFIM

**ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO: UM ESPAÇO PARA A
APRENDIZAGEM DA LEITURA E ESCRITA NO ENSINO INFANTIL**

GUARABIRA/PB

2014

ANTONIA MARIA COUTINHO SERAFIM

**ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO: UM ESPAÇO PARA A
APRENDIZAGEM DA LEITURA E ESCRITA NO ENSINO INFANTIL**

Monografia apresentada ao curso de Pedagogia, da Universidade Estadual da Paraíba – Campus III, PARFOR, em cumprimento aos requisitos necessários para obtenção do grau de Licenciado em Pedagogia, sob orientação da Prof^ª. Dr^ª. Luciene Vieira de Arruda.

GUARABIRA/PB

2014

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

S481a Serafim, Antônia Maria Coutinho
Alfabetização e letramento [manuscrito] : um espaço para
aprendizagem da leitura e escrita no ensino infantil / Antônia
Maria Coutinho Serafim. - 1014.
38 p. : il. color.

Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia
do PARFOR EAD) - Universidade Estadual da Paraíba, Pró-
Reitoria de Ensino Médio, Técnico e Educação à Distância, 1014.
"Orientação: LUCIENE VIEIRA DE ARRUDA, Secretária
de Educação à Distância".

1. Ensino Infantil. 2. Alfabetização. 3. Letramento. 4.
Aprendizagem. I. Título.

21. ed. CDD 371.12

ANTONIA MARIA COUTINHO SERAFIM

ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO: UM ESPAÇO PARA A
APRENDIZAGEM DA LEITURA E ESCRITA NO ENSINO INFANTIL

Monografia apresentada em: 06/12/2014



Luciene Viera de Arruda
Professora orientadora



Prof. MS. Mônica de Fátima Guedes Oliveira
examinadora



Prof. MS. José Otávio da Silva
examinador

GUARABIRA/PB

2014

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a Deus e as pessoas que amo, minha família e, em especial, a meu pai, a minha mãe (in memoriam) aos meus filhos Roberta e Rubens, ao meu esposo, por seu incentivo. As professoras, Luciene Arruda, Luana Lima, Mônica Guedes e, professor Otávio e a todos que, de uma forma ou de outra, contribuíram para a realização do meu sonho.

AGRADECIMENTOS

A meu senhor Deus por me conceber o dom do entendimento e do saber e a graça de realizar um sonho.

Aos meus familiares: os meus filhos, Roberta e Rubens, aos meus pais Manoel e Severina, ao meu esposo Pedro e a todos que contribuíram de diversas formas com minha carreira profissional.

Aos meus amigos, Maria da Paz F. Marcolino, Severino Belarmino, as minhas colegas de turma Adélia, Edilma, Lucineide, Verônica e Simone, onde juntas passamos momentos difíceis e inesquecíveis.

Agradeço à orientadora professora Dr^a. Luciene e a banca examinadora Prof^o Otávio, prof^a Mônica e à Coordenação do curso de Pedagogia do Parfor, nas pessoas das Prof^a. Adalgiza e Terezinha.

A todos os professores que passaram pelo curso de Pedagogia, deixando suas marcas e transmitindo conhecimentos. Desejo que continuem cumprindo seu papel com a missão de formar e informar cidadãos.

Agradeço ao Governo do Estado da Paraíba, pela oportunidade de concluir a graduação com ensino gratuito.

A todos, meu muito obrigada!!!

RESUMO

O presente trabalho monográfico tem como objetivo principal mostrar a importância da alfabetização e letramento no ensino infantil, primeira fase da educação básica, período em que a criança está desenvolvendo sua imaginação e buscando novos saberes para ampliar os conhecimentos sociais e as pequenas experiências de vida que trazem consigo. Para melhor embasar o nosso trabalho, buscamos nos aprofundar nas teorias de alguns estudiosos, como Magda Soares, Chicarelle, Regina Scarpa, Emília Ferreiro, Brandão, Vygotsky, entre outros estudiosos do ensino infantil e letramento. Como apoio, utilizamos a pesquisa de campo realizada na escola municipal Geraldo Leite de Moraes, onde observamos a prática pedagógica da professora do pré-escolar. Por meio desta pesquisa, podemos perceber a importância de se oferecer um espaço para o desenvolvimento das habilidades de leitura e escrita em sala de aula e da função do professor como mediador da aprendizagem, já que é ele o principal responsável pelo progresso educacional nessa faixa etária.

Palavras-chave: Ensino Infantil. Alfabetização e letramento. Aprendizagem.

ABSTRACT

This monograph aims to show the importance of literacy and literacy in kindergarten, first stage of basic education, during which the child is developing his imagination and seeking new knowledge to increase social skills and little experience of life bring with them. To better to base our work, we seek to deepen the theories of some scholars, as Magda Soares, Chicarelle, Regina Scarpa, Emilia Ferreiro, Brandão, Vygotsky, among other scholars of child education and literacy. In support, we used the field research conducted in the municipal school Geraldo Morais milk, where we observe the pedagogical practice of professed preschool. Through this research, we can see the importance of providing a space for the development of reading and writing skills in the classroom and the teacher's role as mediator of learning, since he is primarily responsible for the educational progress in this age group.

Keywords: Childhood Education. Alfabetização and literacy. Learning.

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	09
INTRODUÇÃO	09
CAPÍTULO 2	11
REVISÃO DA LITERATURA	11
2.1 CONSIDERAÇÕES ACERCA DA ALFABETIZAÇÃO BRASILEIRA.....	11
2.2 OS PROCESSOS DE ALFABETIZAÇÃO NA VISÃO DA PEDAGOGA EMÍLIA FERREIRO.....	15
CAPÍTULO 3	18
3.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	18
3.2 OS SUJEITOS DA PESQUISA.....	18
3.3 PROCEDIMENTOS.....	19
CAPÍTULO 4	21
RESULTADOS E DISCUSSÃO	21
4.1 DEFININDO ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO.....	21
4.2 A IMPORTÂNCIA DA ALFABETIZAÇÃO E DO LETRAMENTO NA EDUCAÇÃO INFANTIL.....	24
4.3 A ESCOLA: UM ESPAÇO PARA A AQUISIÇÃO DA LEITURA E DA ESCRITA NA INFÂNCIA.....	26
4.4 O PROFESSOR COMO MEDIADOR DA APRENDIZAGEM.....	29
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	36
REFERÊNCIAS	37
ANEXOS	

CAPÍTULO 1

INTRODUÇÃO

A o longo do tempo, a educação infantil vem desempenhando um importante papel na formação do sujeito em todos os seus aspectos, especificamente na prática da leitura e da escrita no pré-escolar, fase em que a criatividade e imaginação estão bastante aguçadas e a aprendizagem acontece de forma mais eficaz.

O processo de alfabetização na infância tem provocado inúmeras discussões sobre os métodos usados na primeira educação básica, com intuito de alfabetizar as crianças, visto que nessa faixa etária, muitas delas estão desenvolvendo o gosto pelas habilidades leitoras. Nesta direção, é fundamental a intervenção do professor, de maneira a contribuir com a formação da leitura e escrita, na expectativa de torná-las capazes de fazer uso correto dessas habilidades mais adiante.

Atualmente, o letramento tem contribuído significativamente com o processo de ensino e aprendizagem. Isto porque os indivíduos vivem imersos em um mundo repletos de estímulos visuais, a exemplo das mais variadas propagandas, que circulam por aí. Isso tem permitido um melhor progresso no ensino infantil, já que motiva o aprendiz a descobrir o universo escrito, através dos livros e das atividades realizadas em sala de aula.

Entretanto, tais atividades podem ser vivenciadas com bastante motivação no ambiente escolar dependendo do trabalho desenvolvido pelo professor, pois se ele promover as condições necessárias favorecerá não somente o desenvolvimento da alfabetização, mas também, o do letramento.

O principal objetivo dessa pesquisa foi mostrar à grande importância de se trabalhar a alfabetização e o letramento na educação da criança, principalmente, no pré-escolar, considerando que o letramento está presente no cotidiano das crianças e nas práticas sociais, que as envolvem.

Durante a construção deste trabalho, buscamos analisar de forma breve, o trabalho pedagógico da professora de ensino infantil da escola municipal Geraldo Leite de Moraes em Cuitegi-PB., com o objetivo de conhecer as concepções dessa educadora a respeito dos processos de alfabetização e letramento, como também a sua prática em sala de aula e a aprendizagem das crianças.

Para bem desenvolver este trabalho, buscamos nos aprofundar nas teorias de alguns estudiosos, a exemplo de Magda Soares (2003, 2004, 2006, 2009), Emília Ferreiro (1999),

Brandão (2010), Buosi (2009), Vygotsky (1984), Lucas (2008), entre outros, como a Constituição Federal (1988) e o MEC, além da pesquisa de campo, os quais foram de grande ajuda para ampliar o entendimento da temática em questão.

Diante de tudo o que foi abordado aqui, compreendemos que quando é trabalhado em conjunto os conceitos de alfabetização e letramento, o processo de ensino e aprendizagem no ensino infantil progride de modo significativamente.

CAPÍTULO 2

REVISÃO DA LITERATURA

A partir do pressuposto de que todo trabalho científico deve estar embasado em conhecimentos anteriores e nos teóricos que marcaram a análise em questão, apresentamos neste capítulo a revisão literária relacionado aos termos de alfabetização e letramento, no que se referem a conceito, implicações, semelhanças e distinções entre os termos, como também as dificuldades de se alfabetizar letrando e os desafios enfrentados pelos professores da educação infantil. Deste modo esperamos facilitar o entendimento da questão a ser apresentada e discutida mais adiante.

2.1 CONSIDERAÇÕES ACERCA DA ALFABETIZAÇÃO BRASILEIRA

Percorrendo a história da educação brasileira constatamos que, algumas décadas atrás ocorreram diversas transformações relacionadas à alfabetização, isso possibilitou o surgimento de alguns meios para que pudesse ser alcançado um maior entendimento sobre a importância da leitura e da escrita, considerando sua importante aplicação nas práticas sociais. Conforme declara Soares (2004), quando diz:

Atualmente, parece que de novo estamos enfrentando um desses momentos de mudança – é o que denuncia o questionamento a quem vem sendo submetidos os quadros conceituais e as práticas deles decorrentes que prevaleceram na área da alfabetização nas últimas três décadas (SOARES, 2004 p. 1).

Logo, esses conceitos vêm sendo refletidos por vários estudiosos da área, que visam uma melhoria na educação do nosso país, com relação à alfabetização, conceituando-os em um sentido mais amplo.

Para um melhor entendimento da história educacional de nossa nação é necessário conhecer um pouco mais sobre a legislação que rege a educação brasileira e também, a compreensão dos processos de alfabetização existentes nesses documentos.

Mediante a realização de alguns estudos da Constituição Federal percebemos que o mesmo é um documento muito amplo, o qual norteia toda a Educação do Brasil. Contudo, buscaremos apenas refletir sobre alguns dos artigos referentes à formação educacional da criança da educação básica, especialmente o pré-escolar.

A Constituição Federal ao ser aprovada em 1988, tornou-se um acontecimento importantíssimo para toda nação brasileira, isso porque favoreceu também, a criança pequena,

o direito a uma aprendizagem de qualidade. Nesta perspectiva, a educação básica no nosso país passou a ser organizada por etapas: Ensino Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, as quais são consagradas na Constituição Federal, como direito de todos e dever do Estado.

A partir desse momento histórico para a nossa nação, a educação infantil passou a ser vista como um direito da criança e não somente dos trabalhadores, como era anteriormente, já que ela precisava de uma formação mais específica que abrangesse uma diversidade de conteúdos e não apenas de uma educação familiar. Segundo Oliveira (2002) apud Lucas (2008):

Não são mais os pais, apenas, que tem direito a uma instituição de educação infantil para seus filhos, gerando um atendimento com vistas a substituí-los enquanto estão trabalhando. A criança passa a ter direito a uma educação que vá “além” da educação recebida na família e na comunidade, tanto no que diz respeito a profundidade de conteúdos, quanto na sua abrangência (OLIVEIRA, 2002, apud LUCAS, 2008, p. 40)

No capítulo terceiro da constituição, o qual se refere aos direitos sociais estão garantidos os direitos ao desenvolvimento humano, precisamente no artigo 6º, onde se destaca *“o direito à saúde, a educação, a alimentação, o trabalho, a segurança, a moradia, ao lazer, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados”* (Brasil, 1988, p.5)

Entretanto, notamos que a Constituição Federal não dá o devido valor a educação infantil, pois prioriza mas o ensino fundamental, enfatizando assim, os investimentos da primeira fase do ensino fundamental.

Somente na década de noventa, dois anos após da Constituição Federal é que foi sancionada pelo então Presidente da República, Fernando Collor, a lei de Nº 8.069, denominada de ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente). Desta forma, Lucas (2008) faz a seguinte afirmação *“ECA (lei nº 8.069/90) foi elaborada e sancionada logo após a Constituição Federal (1988) contando com ampla participação de setores da sociedade civil, na mobilização e redação de seu texto”* (p.43-44)

Sabemos que é de total responsabilidade do Estado oferecer educação gratuita para todas as crianças de creches e pré-escola, na faixa etária de 0 até 6 anos de idade, como consta no inciso IV do artigo 54º. Nesta direção, constata-se que o ECA visa um desenvolvimento de modo integral das crianças e adolescentes, mudando todo um paradigma referente ao período da infância. Conforme Chicarelle (2010):

Nesse sentido, a infância não pode ser abordada apenas aquilo que as instituições adultas delas esperam, mas também como grupo específico que produz e reproduz a vida social, ou seja, as crianças merecem ser consideradas e estudadas pelo que são, através de seus modos de expressão, formas de possibilidade, das redes de interação,

dos modos diferenciados de se apropriarem do espaço, do tempo e dos recursos, das suas visões de si mesmas e do mundo em que vivem daquilo que pensam e esperam dos adultos e do mundo (CHICARELLE, 2010, p. 82).

Assim, compreende-se que o ECA, em seu artigo. 4º, faz referência ao que já havia sido exposto, precisamente, no artigo nº 227 da Constituição Federal, o qual declara que todas as crianças devem ter assegurados direitos que promovam seu desenvolvimento social e humano. Contudo, o mesmo não teve um respaldo significativo, ficando aquém da Constituição de 1988 e não teve progresso na área do Ensino Infantil.

Mediante a essa realidade, viu-se a necessidade de elaborar a Política Nacional de Educação Infantil. Com a elaboração desse documento, novas discussões e propostas surgem no âmbito da educação básica. Segundo Lucas (2008, p. 48):

As discussões para a formação desse documento tiveram início em outubro de 1993 e culminaram com a realização, em Brasília, em agosto de 1994, do I Simpósio Nacional de Educação Infantil, quando aprovada a proposta do MEC com o texto definitivo da PNEI. Vale salientar que reafirma o compromisso do Estado para com a Educação das crianças nos seus primeiros anos de vida, referindo-se à educação infantil como primeira etapa da educação básica, tendência presente nos dois projetos de LDB, que naquela época, tramitavam no congresso nacional (LUCAS, 2008, p. 48).

Com a aprovação da Política Nacional de Educação Infantil, pelo MEC, no ano de 1994 foram estabelecidas novas diretrizes e ações para esse novo plano educacional, nos referidos termos da lei:

Neste contexto, o Ministério da Educação coordenou a elaboração do documento de Política Nacional de Educação Infantil, no qual se definem como principais objetivos para a área a expansão da oferta de vagas para as crianças de 0 a 6 anos, o fortalecimento nas instâncias competentes, da concepção de educação e cuidado como aspectos indissociáveis das ações dirigidas às crianças e a promoção da melhoria da qualidade do atendimento em instituições de educação infantil (BRASIL, 2006, p. 10).

Diante disso, notamos que com as mudanças ocorridas ao longo do tempo, as crianças passaram a ser vistas com outros olhares, já que nasce uma nova concepção do termo criança, como explica Lucas (2008 p. 49) quando se refere a tal documento: *“concebe a criança como um sujeito social e histórico, ou seja, pertencente a uma família que, por sua vez, está inserida em uma sociedade”* (Brasil, 2006, p. 8)

No entanto, entende-se que a criança não estabelece relações apenas com a família, mas também com inúmeras entidades, por meio da qual, ela interage com as, diversas pessoas, sejam adultos ou crianças. Neste sentido, o artigo de nº 227 da Constituição Federal e o artigo 4º do ECA descreve:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar á criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e a convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (BRASIL, 2006 p. 5.)

A Política Nacional de Educação Infantil veio proporcionar novos rumos à educação da primeira infância, por sistematizar os princípios, diretrizes, objetivos e ações que norteia e orienta o trabalho do Ministério de Educação no País.

Para tanto, esse novo documento estabelece novas metas que visam à expansão de vagas e qualidade de ensino para a criança de creche e pré-escolar. Além de uma melhoria na qualificação dos docentes no ensino infantil. De acordo com Kuhlmann Júnior (2000)

Na quarta última parte dos anos 1990, a educação infantil vive intensas transformações. É durante o regime militar, que tantos prejuízos trouxe para a sociedade e para a educação brasileira, que se inicia essa nova fase, que terá marcos de consolidação nas definições da Constituição de 1988 e na tardia Lei de Diretrizes e bases da Educação Nacional, de 1996 a legislação passa a reconhecer que as creches e pré escolas, para crianças de 0 a 6 anos, são parte do sistema educacional, primeira etapa da educação básica (Kuhlmann Júnior, 2000, p.6).

A partir desse novo contexto, o ensino infantil passa a ser amparada pela lei de Diretrizes e bases da Educação Nacional, (LDB – 9394/96), sendo considerada a primeira etapa da Educação Básica no Brasil.

Nessa direção, as práticas educativas no Ensino Infantil abrangem, de maneira mais ampla, o sistema educacional e assim a criança passa a ser vista como um ser social e ao mesmo tempo histórico, participante e produtor de sua própria cultura, tornando-se capaz de criar relações sociais e, portanto, precisa ser preparada para o processo educacional.

No artigo 21º, a LDB descreve a composição dos níveis escolares, destacando no inciso I que: “- a educação básica, é formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio” (Brasil, 1996, p. 7). Sendo que a educação infantil é dividida em duas modalidades: a creche e a pré-escola, como está escrito no artigo 30º da legislação: *Art. 30º: A educação infantil será oferecida em: I- Creches, ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade; [...] II- Pré-escolas, para as crianças de 4 a seis anos de idade.* (Brasil, 1996, p.11)

Deste modo, para atuar na educação infantil é preciso ter competência e muita responsabilidade é o que enfatiza os artigos 29º e 30º. Logo, os profissionais que atuam na primeira fase da educação básica devem ter em mente, que as crianças não se desenvolvem de

forma fragmentada, mas em sua totalidade, isto é, integralmente. Assim, descrevem tais artigos:

29º - A educação infantil, primeira etapa da educação básica com finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físicos, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. (...) 31º: Na educação infantil a avaliação fa-se-á mediante acompanhamento e registro do seu desenvolvimento, sem o objetivo da promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental. (BRASIL, 1996, p.11).

No entanto, a abrangência da educação infantil reduziu-se às crianças de até cinco anos de idade e não mais de seis, isso ocorreu após a promulgação da lei nº. 11 114, de maio de 2005. Essa Lei tornou obrigatória a matrícula de crianças de seis anos no ensino fundamental, ampliando-o para nove anos de duração (BRASIL, 2005).

Portanto, para que aconteça uma promoção significativa na educação infantil, e sejam alcançados os objetivos propostos na Lei Constitucional e na LDB é necessário que todos os profissionais da educação, juntamente com a família desenvolvam um trabalho em equipe, visando um ensino de qualidade para as crianças de primeira fase estudantil.

2.2 OS PROCESSOS DE ALFABETIZAÇÃO NA VISÃO DA PEDAGOGA EMÍLIA FERREIRO

No final do século XX e início do século XXI, já havia uma grande preocupação com o progresso do sujeito com relação à aprendizagem da leitura e da escrita, ou seja, com a alfabetização. Neste sentido, torna-se fundamental conhecer algumas propostas acerca do processo de alfabetização desenvolvidas por Emília Ferreiro, através das quais a criança pequena chega a ler e a escrever. De acordo com essa autora, as crianças são mais fáceis de serem alfabetizadas do que os adultos, por estarem em processo contínuo de aprendizagem, já que elas estão construindo seus conhecimentos. A mesma ainda ressalta que:

Há crianças que chegam à escola sabendo que a escrita serve para escrever coisas inteligentes, divertidas ou importantes. Essas são as que terminam de alfabetizar-se na escola, mas começaram a alfabetizar muito antes, através da possibilidade de entrar em contato, de interagir com a língua escrita. Há outras crianças que necessitam da escola para apropriar-se da escrita (FERREIRO, 1999, p. 23).

Para um conhecimento mais amplo da pesquisa de Emília Ferreiro, faz-se necessário o entendimento do processo pelo qual o aluno aprende a ler e a escrever, para poder desse modo compreender e detectar os “erros construtivos” que são característicos da fase em que o mesmo se encontra e para saber desafiá-lo.

Uma criança ao ser alfabetizada percorre uma trajetória, a qual é definida como “psicogênese da alfabetização”, que se caracteriza como uma sequência de níveis de concepção dos alunos que aprendem. Em cada nível, a criança elabora suposições a respeito dos processos de construção da leitura e da escrita. A passagem de um nível para outro, se dá quando eles se deparam com questões que o nível em que se encontra não conseguir explicar.

Os níveis descritos por Emília Ferreiro são constituídos por cinco etapas:

- 1- Nível pré-silábico: Este nível corresponde à reprodução de traços típicos que a criança identifica como sendo escrita, pois para ela a escrita é uma forma de desenhar e não estabelece nenhuma correspondência entre a pauta sonora e a produção escrita. Supõe-se que a escrita representa os objetos e não seus nomes; caracteriza uma palavra com uma letra inicial. Não existe uma relação entre fonema e grafema, a criança só escreve os substantivos por terem significados.
- 2- Nível Intermediário I: Essa fase caracteriza-se por um conflito, no qual a criança já conhece e usa alguns valores sonoros convencionais, sem falar de alguns trechos da palavra, nessa fase a criança já demonstra estabilidade ao escrever seu nome ou algumas palavras que lhe despertou interesse, independente da estrutura da escrita. Logo, ela começa a desvincular a escrita das imagens, conserva as hipóteses de quantidade mínima de caracteres e passa a perceber que há alguma relação entre a escrita e a pronúncia das palavras.
- 3- Nível Silábico: É a fase onde a criança já conta com sílaba (pedaços sonoros), colocando a letra (símbolo) para cada pedaço, aceita pequenas palavras com uma ou duas letras utiliza uma letra ao escrever uma palavra ou uma frase, pois ainda falta-lhe definição das categorias linguísticas. Nessa fase, o importante é a sonorização da escrita, pois já supõe que a escrita representa a fala e que a menor unidade da língua é, portanto, a sílaba. Sabe escrever, mas não pode ler o que foi escrito, isso é um dos aspectos que gera um fator de conflito de passagem para o próximo nível.
- 4- Nível Silábico Alfabético: É a fase conflitante, onde a criança necessita negar a lógica do nível silábico. É o momento em que se começa a acrescentar letras na primeira sílaba. Nesse nível, há duas formas de correspondência entre sons e grafias: silábica e alfabética assim entendem que a escrita representa o som da fala e que combina com vogais ou consoantes, passando a fazer leitura termo a termo.
- 5- Nível Alfabético: É o nível em que a criança abre-se para o mundo e para a escrita, passando a ler e escrever o que pensa e fala compreende a lógica da base alfabética e da escrita; compreende que cada caractere da escrita corresponde a valores sonoros menores que a sílaba; já conhece os valores convencionais das letras, sendo capaz de formar sílabas,

palavras e frases, entretanto, pode omitir letras por confundir a hipótese silábica com a alfabética. Isto significa que estar no nível alfabético, não quer dizer que já saiba escrever corretamente.

Nesta perspectiva, a instituição escolar tornou-se o espaço privilegiado em que acontece a teoria e a prática e o educador precisa estar ampliando sua prática para realizar um trabalho de qualidade na alfabetização das crianças de pré-escolar.

CAPÍTULO 3

3.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa foi realizada na Escola Municipal Geraldo Leite de Moraes, no município de Cuitegi, no Estado da Paraíba, com intuito de analisar o trabalho desenvolvido por meio dos processos de alfabetização e letramento com as crianças das turmas de pré I e pré II.

Assim, acompanharemos, no decorrer deste trabalho, os sujeitos desta pesquisa, como também, os instrumentos utilizados para tal e os procedimentos seguidos para a realização desta pesquisa.

3.2 OS SUJEITOS DA PESQUISA

A presente pesquisa foi realizada na Escola Municipal de Ensino Fundamental Geraldo Leite de Moraes, situada na zona rural, sítio Malhada, em Cuitegi-PB. Os sujeitos da pesquisa foram às crianças de quatro e cinco anos de idade da turma multi do pré-escolar I e II, juntamente com sua educadora. A referida turma apresenta um total de doze alunos, sendo cinco do pré I e sete do pré II. A mesma é composta de oito meninos e quatro meninas.

O registro foi descrito segundo os dados coletados, os quais foram sujeitos de reflexão e análise que contribuirão para uma melhor compreensão da importância do trabalho de alfabetização e letramento realizado com as crianças na educação infantil da mencionada escola.

A escola conta com um quadro de oito funcionários, lotados nos 2 turnos manhã, tarde, que atende às crianças do ensino infantil e o fundamental contando com um total de 60 alunos matriculados e uma estrutura física de duas (2) salas de aula, dois (2) banheiros, sendo um dos funcionários, uma sala de leitura (1), uma diretoria (1), uma cantina (1) e um salão. A atual gestora é a St^a. Robéria do Nascimento. No quadro abaixo estão representados os alunos da escola e suas respectivas professoras.

Quadro dos docentes da Escola Municipal de Ensino Fundamental Geraldo Leite de Moraes, Cuitegi-PB.

PROFESSOR	ANO/TURNO
Sandra Rosa de Lima	Pré – I e II (manhã)
Josilene Barbosa	1º, 2º e 3º anos (manhã)
José Gomes da Silva	5º ano (tarde)
Antonia Maria Coutinho Serafim	4º ano (tarde)

Fonte: Secretaria da Escola Municipal de Ensino Fundamental Geraldo Leite de Moraes, Cuitegi-PB.

3.3 PROCEDIMENTOS

A realização desta pesquisa está voltada para processo de alfabetização e letramento das turmas de pré um e dois (Educação Infantil) da instituição acima mencionada.

A professora da turma do pré-I e II é aqui denominada de professora A, a mesma é formada no curso de Pedagogia, leciona a sete anos, sendo que três anos na respectiva escola e sua turma encontra-se com 12 alunos, sendo 8 meninos e 4 meninas.

A pesquisa se deu durante o período da manhã, onde a professoras A leciona. Assim, após o consentimento da professora e diretora, procedeu-se a observação da turma e aplicação de questionários com a professora. A sala é um ambiente muito bem organizado, com um cantinho apropriado para a leitura, cartazes contendo o alfabeto, rotina, diária, calendário, quadro do aniversariante do mês e outros cartazes mediante ao conteúdo estudado e aos projetos desenvolvidos na própria escola.

As observações que foram realizadas durante o estágio em sala de aula, possibilitaram uma reflexão sobre os métodos de alfabetização e letramento usados no ensino da leitura e escrita na educação infantil visando uma aprendizagem mais eficaz na primeira fase da criança pequena. Os questionamentos feitos à professora consistiram em:

- conceito de alfabetização e letramento suas semelhanças e diferenças.
- o tipo de metodologia priorizada para trabalhar com as crianças.
- os processos que facilitam a aprendizagem da leitura e escrita para criança de primeira fase.

Mediante as experiências vivenciadas com os alunos e a professora na instituição de ensino, pode-se constatar que há uma interação entre ambos, as crianças podem se movimentar livremente pela sala, usufruindo dos espaços existentes da mesma, durante a realização dos trabalhos utiliza-se as mesinhas que são para quatro crianças, além delas participarem da roda de conversa, também ajudam na organização da sala de aula, a qual é bastante arejada e muito limpa.

Durante a observação, percebemos que a professora em questão possui um excelente domínio de sala e de conteúdo, desenvolve um excelente trabalho. Entretanto, notamos que em sua prática pedagógica, mesmo usando pequenos textos, o método mais utilizado por ela é o da silabação. Isto significa que a prática predominante é a tradicional, mesmo que de vez em quando, sejam introduzidas algumas estratégias que trabalhem o letramento, a exemplo do trabalho desenvolvido com rótulos de diversos alimentos do conhecimento dos alunos.

Nesta perspectiva, foram feitas através de questionários, algumas perguntas para a educadora, relacionadas com o tema discutido neste trabalho. As perguntas foram às

seguintes: - O que você entende sobre alfabetização e letramento e quais as semelhanças e diferenças entre esses termos? - Que metodologia você prefere trabalhar com as crianças: a silabação ou textos? - Que meio você utiliza para facilitar a aprendizagem da leitura e da escrita? - Como você desenvolve seu trabalho para obter um bom resultado?

Na escola onde foi desenvolvida a pesquisa, as aulas são ministradas pelos docentes, de acordo com o calendário do ano letivo, entregue pela Secretaria de Educação do município nas pessoas das coordenadoras pedagógicas, no primeiro planejamento pedagógico do ano. No primeiro dia, a professora inicia a aula com o acolhimento que pode ser realizado em forma de música, dinâmicas ou brincadeiras. Em seguida é feita uma sondagem da aula anterior. Logo após a professora introduz o conteúdo de forma bem dinâmica, buscando a atenção de todas as crianças para o assunto trabalhado.

A metodologia utilizada pela professora segue com aulas explicativas, informativas, dialogadas, cartazes, rodas de conversa, algumas leituras de contos de fadas, atividades orais, escritos, ou mimeografados e trabalha também usando o lúdico, em diversos momentos, como alfabeto móvel, jogos das palavras ou das sílabas.

CAPÍTULO 4

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Depois da construção do referido trabalho, nos deportamos para a exposição dos resultados encontrados e suas análises, nos apoiando nos procedimentos anteriormente descritos. Neste sentido afirmamos que a nossa pesquisa teve como foco principal as práticas pedagógicas para a alfabetização e o letramento em sala do Ensino Infantil. Assim buscaremos a obtenção dos dados aqui apresentados, por meio de uma metodologia de observação e análise da prática pedagógica, tudo isso, á luz das teorias pertinentes à temática aqui abordada, bem como por meio do questionário com a professora da turma do pré-escolar da escola supracitada.

4.1 DEFININDO ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO

Fazendo um breve percurso, a partir da década de setenta até os nossos dias percebemos que é necessária uma compreensão acerca do processo de alfabetização e conseqüentemente de letramento buscando deste modo, uma inter-relação entre esses dois termos.

Todavia, o conceito de alfabetização foi o primeiro a ser definido e posteriormente o de letramento. Assim é preciso fazer uma pequena reflexão entre esses dois fenômenos que são diferenciados, mas indissociáveis, já que caminham juntos, no processo de ensino/aprendizagem da educação infantil. Conforme descrevem Lucas e Saito (2010):

No Brasil, as discussões que envolvem finalidades da educação infantil e as que dizem respeito à definição do conceito de alfabetização bem como de conceituação do fenômeno chamado letramento ocorreram simultaneamente e fazem parte do processo de democratização da educação brasileira. Elas são respostas às necessidades sociais decorrentes do movimento de abertura de nosso país e de reorganização das instituições, principalmente públicas, ocorridas a partir da década de 1970 (LUCAS E SAITO, 2010, p. 47).

Assim, constatamos que o processo construtivo da Educação Infantil foi essencial para a elaboração dos conceitos referentes á alfabetização e letramento.

Em meados de 1980, foi sendo ampliado o conceito de alfabetização por meio da contribuição de estudos de pesquisadores sobre a psicogênese da aquisição da língua escrita a exemplo dos trabalhos de Emília Ferreiro e Ana Teberosky. De acordo com a estudiosa Contijo (2008):

A concepção de alfabetização que fecundou o discurso educacional brasileiro nas décadas de 1989 a 1990 foi a construtivista. Hoje é mencionada apenas no discurso, pois, algumas práticas de alfabetização ainda continuam sendo orientada por um modelo tradicional de alfabetização, fundamentado nos métodos suficientemente criticados, inclusive pela “nova” concepção de alfabetização (Contijo, 2008, p. 11).

Em seus escritos, a pesquisadora Soares aborda uma alteração no processo de construção e representação da língua escrita provocando discussões a respeito dos encaminhamentos metodológicos, designados para a aquisição da prática de escrita. Em consonância com Ferreiro, a pesquisadora Soares (2003a) explica que a criança deixa de:

(...) Ser considerada como dependente de estímulos externos para aprender o sistema de escrita, concepção presente no método de alfabetização até então em uso, hoje designado tradicionais e para capaz progressivamente (re) construir esse sistema de representação, interagindo com a língua escrita em seus usos e práticas sociais, isto é, interagindo com material “para ler”, não com material artificialmente produzido para “aprender a ler”, os chamados pré requisitos para a aprendizagem da escrita, que caracterizam a criança “pronta” ou “madura” para ser alfabetizada pressuposto dos métodos “tradicionais” de alfabetização (SOARES, 2003a, p. 11).

Todavia, a referida autora define a alfabetização como um conceito permanente, um processo abrangente que se estende por toda a vida do indivíduo e não se esgota com a aquisição da leitura e escrita, pois de acordo com essa mesma autora a *“aprendizagem da língua materna, quer escrita quer oral, é um processo permanente, nunca interrompido”* (Soares, 2008, p. 15)

Neste sentido, o termo alfabetização se restringia ao apropriamento do alfabeto e das habilidades de leitura e escrita, considerando a explicação de Soares (2008), ao declarar que: *“etimologicamente o termo alfabetização não ultrapassa o significado de levar a aquisição do alfabeto”*. (p. 15)

Para tanto, a criança em processo de alfabetização necessita de ser motivada e estimulada pelos adultos com quem convivem, pois conforme Soares (2003): *“não basta que a criança esteja convivendo com muito material escrito, mas, é preciso orientá-la sistemática e progressivamente para que possa apropriar-se do sistema de escrita, isto é feito junto ao letramento”*. (p. 19)

A criança vivencia diversas situações, nas quais envolvem a leitura em seu cotidiano, mesmo sem estar alfabetizada, submetendo-se a prática do letramento existente na sociedade em que está inserida. Mas qual o verdadeiro significado da palavra letramento?

No Brasil, esse termo começou a ser estudado de maneira mais ampla, em meados da década de noventa, por estudiosos da área da educação e da linguística que se propuseram a desvendar esse novo termo. Neste contexto, Kleiman (1995, p. 15) faz seguinte declaração:

“O conceito de letramento começou a ser usado nos meios acadêmicos sobre o impacto social da escrita dos estudos sobre alfabetização, cujas conotações escolares destacam as competências individuais no uso e na prática da escrita”.

Nesta perspectiva, Soares (2001, p. 17) explica que o vocábulo letramento provém do inglês literacy, originada da língua latina littera, que significa letra. Logo, a autora denomina esse termo como. “o estado ou condição que assume aquele que aprende a ler e escrever”.

Para um melhor entendimento, o Pró-letramento traz em seu contexto, importante considerações sobre o desenvolvimento deste termo, ao fazer a seguinte definição:

Com o surgimento dos tempos letramento e alfabetização (ou analfabetismo) *funcional*, muitos pesquisadores passa a preferir distinguir alfabetização e letramento. Passaram a utilizar o termo alfabetização em seu sentido restrito, para designar o aprendizado inicial da leitura e da escrita, da natureza e do funcionamento do sistema da escrita. Passaram, correspondentemente, a reservar os termos de letramento ou, *analfabetismo funcional* para designar o uso (e as competências de uso) da língua escrita. Outros pesquisadores tendem a preferir utilizar apenas o termo alfabetização para significar tanto o domínio do sistema de escrita quanto os usos da língua escrita em práticas sociais (PRÓ-LETRAMENTO, 2007, p. 10).

Daí entende-se que estar alfabetizado não quer dizer estar letrado, considerando que a prática de letramento acontece no meio social e antes da alfabetização propriamente dita.

Desta maneira, muitos estudiosos afirmam que a prática alfabetizadora ocorre no momento em que o sujeito se apropria do código escrito, enquanto o processo de letramento se dá quando o sujeito consegue fazer uso da escrita para interagir socialmente. Neste sentido, Soares (2001) explica que:

Um indivíduo pode não saber ler e escrever, isto é, ser analfabeto, mas ser de certa forma, letrado. Assim, um adulto pode ser analfabeto, porque foi marginalizado social e economicamente, mas vive em um meio em que a leitura e a escrita tem forte presença (...) esse analfabeto é de certa forma, letrado, que faz uso da escrita e envolve-se em práticas sociais de leitura e de escrita. Da mesma forma a criança que ainda não se alfabetizou, mas já folheia livros, finge lê-los, brinca de escrever, ouve histórias que lhes são lidas, está rodeada de material escrito e percebe seu uso e função, essa criança é ainda analfabeta, porque não aprendeu a ler e a escrever, mas já penetrou no mundo do letramento, já é de certa forma, letrada (SOARES, 2001, p. 24).

Isto mostra de modo eficaz que muitos que são considerados alfabetizados, às vezes, não sabem como fazer uso das práticas de leitura na interação social enquanto outros que não são considerados alfabetizados demonstram mais facilidade, sendo denominado de letrados, mesmo sem saber ler.

Portanto, para que o professor tenha êxito no desenvolvimento de sua prática pedagógica relacionada ao ensino das crianças na educação infantil, ele precisa ter claro o processo de alfabetização e de letramento, tendo consciência que mesmo esses conceitos sendo distintos, ambos caminham sempre de mãos dadas. Isto significa que o trabalho educativo na primeira fase da vida escolar, não pode jamais ser algo simplesmente realizado de forma mecânica, mas de maneira contextualizada, permitindo que a criança se aproprie da função social da escrita.

4.2 A IMPORTÂNCIA DA ALFABETIZAÇÃO E DO LETRAMENTO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Durante muito tempo, a alfabetização foi vista como um simples processo de decodificação do código escrito, no qual a criança só era considerada alfabetizada, a partir do momento que dominasse a leitura e a escrita.

No século XX, existia um pensamento que predominava envolvia a criança menor de seis anos. Acreditava-se que ela deveria antes mesma de ser alfabetizada estar prepara e ter maturidade para esse processo, pois, pensava-se que nessa idade, ela não se interessava muito em aprender a ler nem a escrever. Soares (2009), afirma que:

(...) até muito recentemente, assumia-se que a criança só poderia dar início ao seu processo de aprendizagem da leitura e da escrita em determinada idade e, por conseguinte, em determinado momento de sua educação institucionalizada: entretanto, no Brasil, aos 7 anos, idade de ingresso no primeiro ano do ensino fundamental. (SOARES, 2009, p.1).

Mediante a esse pensamento, criou-se um tipo de programa para atender as necessidades das crianças, o qual servia mais como um treinamento motor, do que uma forma de alfabetizá-las.

Ao tornar-se obrigatório o processo de alfabetização no Brasil, utilizou-se por muito tempo, um processo de alfabetização muito cansativo, o qual envolvia inúmeras atividades englobando letras e números, porém o mesmo era meramente mecânico, ou seja, não tinha sentido algum para o aprendiz, mas que ganhou um espaço muito amplo e que ainda hoje é usado em algumas salas de aula.

Somente no século XX, essa visão foi se modificando com a teoria do grande pesquisador Vygotsky (1984, p. 133) ao declarar que a criança menor de seis anos era totalmente capaz de aprender a função simbólica da escrita, chegando até mesmo a ler com

quatro ano e meio. De acordo com esse grande pesquisador “*o problema não seria a idade da criança, mas sim a forma com que seria ensinada a leitura e escrita, pois esta não seria apenas uma habilidade motora, e sim uma atividade cultural altamente complexa*”. O mesmo autor descreve que “*a língua deveria ser ensinada como algo relevante para a criança, atingindo convicções de que a língua escrita é algo complexo utilizado por toda a vida, e não uma habilidade de mãos e dedos*” (Vygotsky, 1884, p. 133).

Diante disso, compreendermos os fracassos ocorridos na alfabetização e entendermos a complexidade da preparação da mesma, vários caminhos foram surgindo, no intuito de se trabalhar a leitura e escrita, processo de alfabetização da criança pequena.

Com as novas idéias relacionadas ao processo de alfabetização de Ferreiro e Teberosky, houve um melhor entendimento acerca da importância na formação educacional no ensino infantil, levando em conta a função social da escola, que é a de preparar a criança para a cultura da leitura e escrita, por meio de experiências vivenciadas da mesma nesse ambiente. Assim descreve Ferreiro (1992), ao afirmar:

(...) não é obrigatório dar aulas de alfabetização na pré-escola, porém é possível dar múltiplas oportunidades para ver a professora ler e escrever, para explorar o espaço gráfico e distinguir entre desenho e escrita; para perguntar e ser respondido; para tentar copiar ou construir uma escrita; para manifestar sua curiosidade em compreender essas marcas estranhas que os adultos põem nos mais diversos objetos. (Ferreiro, 1992, p.39).

A criança sente que a escrita faz parte de seu cotidiano, mesmo sem entender a evolução desse processo, isto porque ela convive com adultos que escrevem e com uma infinidade de coisas escrita à sua volta. Sobre isso, Luria (1988) faz a seguinte afirmação:

Não obstante a criança nesse estágio, não aprender ainda o sentido e a função da escrita, sabe que o adulto escreve, e quando recebe a tarefa de anotar uma sentença tenta reproduzir ainda que apenas em sua forma anterior, a escrita adulta com a qual está familiarizada (LURIA, 1988, p. 154).

Desta forma, constata-se que a aprendizagem da escrita consiste em imitar os adultos, pois a criança tenta reproduzir de modo satisfatório o que eles escrevem, mesmo que sejam por meio de gravuras, as quais ela relaciona com o código escrito, tudo isso porque ainda não entende a função social da linguagem escrita.

Na verdade existem muitas possibilidades de se trabalhar com a leitura e escrita na educação infantil. O professor dessa fase deve mediar esse processo buscando desenvolver um trabalho, que aos poucos leve à criança, a um melhor entendimento do funcionamento do

sistema da escrita, através da interação com outras práticas sociais de uso de leitura e escrita, denominada de letramento existente no dia a dia.

Neste sentido percebe-se que os termos alfabetização e letramento estão ligados entre si, um depende do outro, considerando que sem o letramento, o indivíduo pode até se alfabetizar, mas não adquire as competências necessárias para utilizar bem tudo o que lhe foi ensinado.

É do conhecimento de muitos que ainda há professores que acreditam na simples decodificação das letras (símbolo) e ensinam dessa forma, por isso não podemos descartar o vocábulo letramento. Segundo Scarpa (2006):

Pode ser uma aprendizagem de natureza perceptual e motora ou de natureza conceitual. O ensino, no primeiro caso, pode estar baseado no conhecimento e na cópia de letras, sílabas e palavras. No segundo, no planejamento intencional de práticas sociais mediadas pela escrita, para que as crianças delas participem e recebam informações contextualizadas (SCARPA, 2006, p. 1).

Todavia, alguns professores possuem receios de trabalhar com a alfabetização ou letramento, por achar que não é a hora certa, ou por não compreenderem que é na educação infantil que a alfabetização e o letramento devem acontecer de fato.

4.3 A ESCOLA: UM ESPAÇO PARA A AQUISIÇÃO DA LEITURA E ESCRITA NA INFÂNCIA

O indivíduo se apropriar da linguagem oral, por meio da sua vivência e das relações sociais existentes em seu cotidiano. Logo, não precisa necessariamente da escola para desenvolver sua fala, diferentemente da escrita, tendo em vista que é nessa instituição de ensino, que ocorre em um período prolongado, a aquisição da leitura e da escrita, no qual esse processo deve acontecer de maneira sistematizada, em sequencia para que a evolução da criança nessa fase tenha êxito.

Entretanto, para se chegar à aquisição da leitura e escrita na primeira fase da infância, que é a educação infantil, a criança percorre um longo caminho, no qual busca o reconhecimento dos signos, o que implica na compreensão das letras e dos sons e o significado das mesmas. Vejamos o que descreve Buosi (2009):

Como na linguagem oral, a aquisição da linguagem escrita representa um avanço significativo no desenvolvimento do indivíduo. Vygotsky (1989) postula que o domínio do sistema de signos escritos desenvolve ou cria funções psicológicas superiores, mudando a maneira de pensar e raciocinar da criança (p. 22)

Vygotsky (2007) esclarece que muitas vezes, a instituição escolar ensina aos sujeitos a desenharem as letras a construírem as palavras, porém não ensinam a verdadeira linguagem escrita. Usando suas próprias palavras, afirma que; *“a atenção tem se centrado inteiramente na produção de letras em particular, e na sua articulação distinta”* (p. 125).

Isso mostra uma preocupação do autor com relação ao modo de como essa escrita está sendo apresentada para as crianças. Assim percebemos nos seus relatos, *“esse entusiasmo pela mecânica da escrita causou impacto não só no ensino como própria abordagem teórica”* (VYGOTSKY, 2007, p. 126).

Nessa proporção, entendemos que o educador precisa apresentar para a criança pequena, não apenas uma escrita mecanizada, já que esta necessita de treinamento artificial, mas também uma linguagem viva que vai se modificando a cada dia, ou seja, mostrar de forma criativa para ela, a função social da escrita, durante todo o processo de seu desenvolvimento.

Fazendo uma reflexão mediante o que já foi visto anteriormente, não podemos negar que letramento e alfabetização são processos distintos, porém devem estar unidos para que aconteça plenamente a evolução do processo de ensino/aprendizagem na alfabetização, considerando que estar alfabetizado não significa decodificar o código escrito e sim saber usá-lo em diversas situações da vida.

A Educação Infantil é uma fase encantadora, perfeita para se trabalhar de uma forma prazerosa, pois nesta faixa etária se utiliza muito o lúdico para estimular a aprendizagem da criança.

No entanto, muitas vezes nos questionamos de como podemos trabalhar a alfabetização e o letramento com os pequeninos. É aí que nos deparamos com Soares (2009), a qual coloca diante de nós atividades comuns que são utilizadas nas salas de aulas com nossos alunos, como os rabiscos, desenhos, jogos brincadeiras, entre tantas atividades, que mesmo não sendo tidas como alfabetizadoras colaboram significativamente no processo da aprendizagem. Segundo ela:

A fase inicial da aprendizagem da língua escrita, constituindo, segundo Vygotsky, a pré- história da linguagem escrita: quando atribui a rabiscos e desenhos ou a objetos a função de signos, a criança está descobrindo sistema de representação, precursores e facilitadores da compreensão do sistema de representação que é a linguagem escrita. (SOARES, 2009, p. 1).

Logo, ao fazerem rabiscos, as crianças estão assimilando conceitos que mais tarde facilitarão a decodificação da escrita. Isto porque ao atribuir aos rabiscos, desenhos representativos estão descobrindo o sistema de sons e signos que compõem a escrita.

Sabemos que as crianças de 4 a 6 anos possuem uma criatividade elevada, por isso quando bem orientadas e estimuladas por meio da ludicidade de forma adequada, progredem rapidamente com relação ao nível alfabético.

São inúmeras as atividades que podem ser trabalhadas com criança da primeira infância, dentre as quais Soares (2009) destaca:

Escrita espontânea, observação da escrita do adulto, familiarização com as letras do alfabeto, contato visual frequente com a escrita de palavras conhecidas, sempre em um ambiente no qual estejam rodeadas de escrita com diferentes funções: calendário, lista de chamada, rotina do dia, rótulos de caixas de material didático, etc. (p. 1)

Existem também outras atividades que são de grande importância no desenvolvimento da aprendizagem na educação infantil, as quais trabalham a consciência fonológica, a exemplo das parlendas, as cantigas de roda, a contação de pequenas histórias e as poesias, levando as crianças a ir assimilando os sons que delimitam a fala e são consideradas atividades de letramento.

Neste sentido, Bortoni-Ricardo (2004) diz que:

A aprendizagem da leitura e da escrita é bastante complexa demandando atividades significativas e contextualizadas que, de forma lúdica, nas crianças uma consciência fonológica capaz de entrelaçar alfabetização e letramento, em uma prática de alfabetizar-letrando, de forma que elas sejam levadas a perceberem os segmentos sonoros da língua (...) através de rimas, trava-línguas, parlendas aliterações e jogos. Essas atividades de oralidade devem ser prazerosas de tal forma que possam ajudar os alfabetizados a adquirir e ampliar proficiência em sua competência comunicativa, tanto oral quanto escrita. (BORTONI-RICARDO, 2004, p. 37).

A consciência fonológica compreende dois níveis: o primeiro a consciência de que a língua pode ser segmentada em pequenas unidades: frase, palavra, sílaba. E no segundo, a consciência que essas unidades repetem-se em diferentes vocábulos falados, como a rima presente nos poemas.

A criança só constrói conhecimento sobre a leitura e a escrita convivendo em um ambiente alfabetizador e ao mesmo tempo letrado, onde se lê histórias, permita-lhe folhear livros e crie situações em que a mesma vivencie experiências diversas relacionadas ao aprendizado dessas habilidades, possibilitando-lhe uma maior assimilação de textos e ampliação de seu vocabulário.

Magda Soares (2009), ainda aborda outro aspecto relevante, enfatizando que além do trabalho com textos literários, deve também trabalhar com textos informativos que incentive na criança a busca por outros textos. Isso porque antes do ensino fundamental, a criança deve ser introduzida nos diferentes gêneros de textos.

Segundo a autora:

Assim, a história lida pode gerar várias atividades escritas, como pode provocar uma curiosidade que leve à busca de informações em outras fontes; frases ou palavras da história pode vir a ser objeto de atividade de alfabetização; poemas podem levar à consciência de rimas e aliterações. (p. 1)

Nesta perspectiva, o professor de educação infantil deve trabalhar os nomes dos alunos, a leitura de livros, letras de músicas, nomes de objetos, cartazes, bilhetes, mensagens, cartinhas escritas, entre tantas, para serem exploradas de forma lúdica, possibilitando uma aprendizagem significativa para eles, pois as experiências com as mais variadas atividades enriquecem a prática pedagógica e facilita o trabalho do educador.

Portanto, o trabalho desenvolvido através da ludicidade, em sala de aula tem se tornado fundamental na aquisição da leitura e da escrita, no ensino infantil, já que a criança é imersa em um universo letrado.

4.4 O PROFESSOR COMO MEDIADOR DA APRENDIZAGEM

A partir do momento em que a criança é inserida no contexto escolar, necessita de alguém que a auxilie no processo de ensino e aprendizagem, principalmente, no período da infância, em que ela está se familiarizando com o mundo letrado e com outro ambiente que não é o familiar. Nesse processo, a figura mais importante é o professor que se torna o mediador entre a criança e o universo escrito, do qual ela agora fará parte.

Ao ser introduzida no ambiente escolar, a criança se depara com inúmeros textos, contos, histórias, autores e como ainda não compreende esse universo escrito, por não estar alfabetizada, é o professor o responsável por encaminhá-la a esse mundo fascinante que é o da leitura e escrita. Desta maneira, ele será o mediador que facilitará o contato da mesma com as mais diversas situações nesse espaço alfabetizador.

Nesta perspectiva, Brandão (2010) faz a seguinte explicação:

Em suma, vivenciando práticas de leitura em grupo, mediadas pelas professoras as crianças ampliam suas experiências de letramento e seus repertórios textuais, desenvolvem estratégias variadas de compreensão textual, inserindo-se no mundo da escrita e iniciando-se como leitoras, mesmo que ainda não saibam ler autonomamente. (p. 22)

Logo, caberá ao professor buscar as mais variadas estratégias para atender da melhor forma possível, a cada criança em particular no entendimento do processo da leitura, mas para que isso tenha êxito, é necessário que ele esteja voltado para a realidade de seus aprendizes, levando-os a praticarem em seu cotidiano, os conhecimentos adquiridos.

É fundamental que o professor antes de ser letrado, seja um leitor, ou seja, um amante da leitura, pois somente deste modo, ele poderá compreender a essência da leitura para o sujeito.

Na educação infantil, o professor deve levar a criança a participar das mais variadas situações reais de produção escrita, desenvolvendo as estratégias apropriadas para determinado momento. Entretanto, as que mais devem se destacar são as lúdicas, como as brincadeiras de escrever pequenas cartinhas para uma amiga, a mãe, a direção da escola, envolvendo-a em eventos sociais e no contexto letrado.

Nesta direção, as atividades lúdicas, permitem ao aluno o apropriamento de uma aprendizagem bastante prazerosa e gradativa, levando-o a formular seu próprio registro textual e tornando-o usuário da escrita.

Portanto, pode-se entender que o educador é o principal agente da educação, por meio dele a criança ingressa no mundo da linguagem escrita e falada e começa a fazer parte de uma sociedade letrada.

A partir da elaboração das primeiras partes da presente pesquisa, partimos para a exposição dos resultados obtidos como também, de suas análises e dos procedimentos aqui relatados. A nossa pesquisa teve como foco principal analisar os procedimentos pedagógicos para a alfabetização e o letramento em sala de aula de pré-escolar na Educação Infantil, da escola Municipal Geraldo Leite. Entretanto, para um melhor resultado dos dados aqui coletados neste trabalho, utilizou-se uma metodologia de observação e análise da prática docente, á luz da teoria pertinente ao tema, bem como de uma entrevista realizada com a professora responsável pela turma, através de um questionário. O mesmo foi composto de cinco (5) perguntas as quais transcrevemos a seguir, bem como a análise das respostas da referida professora em questão. No entanto, manteremos o nome da entrevistada em total sigilo. Acompanhem as respostas que obtivemos da educadora:

A primeira questão se referia ao entendimento do conceito de alfabetização e letramento e as semelhanças e diferenças entre ambos. Objetivamos com essa pergunta verificar se a mesma possui um conceito definido sobre os determinados termos. A respeito dessa questão obtivemos as seguintes respostas:

Professora:

“De acordo com o meu entendimento, esses termos possuem definições diferenciadas, pois a alfabetização está relacionada ao processo de leitura e escrita, enquanto que o letramento está relacionado às diversas práticas sociais em uso, isso no que diz respeito à leitura contextualizada, no entanto ambos são indissociáveis, pois são essenciais na construção da aprendizagem”.

A professora demonstrou conhecer muito bem as diferenças existentes no processo de alfabetização e letramento, mas compreende que os dois são processos distintos, mas que precisam um do outro para desenvolver uma boa aprendizagem, principalmente na educação básica. Tal afirmação leva-nos a um entendimento de que é preciso uma reflexão mais aprofundada sobre essa questão, uma vez que essa temática ainda gera discussão entre tantos pesquisadores.

É de fundamental importância que as práticas de alfabetização e letramento aconteçam na sala de aula, já que as mesmas designam a ação educativa relacionadas ao uso de práticas sociais relacionadas à leitura e a escrita, possibilitando deste modo, a importância do desenvolvimento dessas práticas nas instituições de ensino infantil.

Evidentemente, que o desenvolvimento tanto da leitura, quanto o da escrita no pré-escolar, ocorre de forma contínua, considerando assim, a significação que a leitura e escrita possui na sociedade. Conforme foi visto no decorrer deste trabalho à luz das teorias de vários autores que abordaram a temática, dentre os quais destacamos: Magda Soares (2001, 2003), Bordoni-Ricardo (2004), Scarpa (2006), que defendem a relação existente entre os processos de alfabetização e letramento, como também, a necessidade de se desenvolver um trabalho utilizando esses processos, os quais são ao mesmo tempo indissociáveis, porém dependentes, pois apresentam dimensões diferenciadas, tendo em vista que é considerado alfabetizado, o aluno que já sabe ler e escrever, ou seja, já consegue decifrar o código escrito, e letrado, àquele que domina as práticas de leitura e escrita no contexto social, fazendo uso dos mesmos em determinadas situações do cotidiano.

A segunda pergunta se referiu aos métodos mais utilizados pela professora, no desenvolvimento de seu trabalho docente, em sala de aula com as crianças. Ao que ela me respondeu:

Professora:

“Na sala de aula busco sempre facilitar a aprendizagem das crianças, através de pequenos textos, utilizo o lúdico, porém o método que predomina é o da silabação, onde trabalho as famílias das palavras, mais não de forma descontextualizada, mas buscando meios que faça algum sentido para elas”.

De acordo com a resposta da professora, constatamos que mesmo usando o lúdico e trabalhando as famílias das palavras de modo criativo, percebe-se que há uma necessidade de se apresentar para as crianças uma variedade de pequenos textos, até mesmo porque nessa fase ela está construindo sua aprendizagem e ampliando os conhecimentos que já trazem consigo, das práticas sociais e das experiências vivenciadas em determinados ambientes, como percebemos em Soares (2004) e Brandão (2010).

Também, o Pró-Letramento (2007) aponta a necessidade de que os alunos tenham acesso a textos variados para que assim, venham reconhecê-los e no decorrer do período sejam capazes de produzir seus próprios textos.

Nesta perspectiva, o conhecimento que as crianças trazem de sua vida social não pode ser desprezado, nem pelo educador, nem pela escola. O professor ou professora deve partir desse pressuposto para trabalhar o processo de alfabetização e letramento das crianças para que esse processo de fato se efetive na vida do aprendiz.

O terceiro questionamento foi relacionado ao desenvolvimento da leitura e da escrita e os meios que facilitam essa aprendizagem. Obtivemos a seguinte resposta:

Professora:

“Busco trabalhar com alguns jogos e com materiais concretos, como rótulos de embalagens, recorte e colagem de livros e revistas, estimulando a pesquisa de letras e palavras, entre outras”.

Sabemos que são grandes os desafios para desenvolver alfabetização e o letramento e que, quase sempre, estão relacionados à formação do professor, pois quando tem ampliado conhecimento da importância da aprendizagem nessa fase da vida terá maior facilidade para colocar em prática os mais variados métodos, buscando uma aprendizagem significativa para as crianças.

Evidentemente que há inúmeras teorias que tratam da alfabetização escolar, dentre as quais podemos notar muitas contradições, sejam teóricas ou metodológicas e os profissionais que lidam com a educação infantil precisam ter conhecimento das mesmas, para, a partir delas, poderem refletir sobre suas práticas e melhor direcioná-las.

Sabemos que o ato de ler e de escrever bem, são elementos inerentes à condição do homem, uma vez que seu domínio nos remete a possibilidade de participação social, considerando que o domínio dessas habilidades implica uma questão de cidadania, já que se revela como um dos requisitos para uma ampla inclusão do ser na sociedade.

As teorias supracitadas não podem ser desconsideradas no tratamento didático do ensino da língua, envolvendo diferentes metodologias conforme a natureza do trabalho e os objetivos propostos visando atingir as diversas finalidades de apropriação da escrita, enfatizando por um lado, a aquisição do sistema alfabético e, por outro, a imersão na cultura escrita por meio dos usos sociais nos diferentes contextos dos quais participa.

A quarta questão se referia as estratégias usadas pela professora, quando os resultados almejados não são alcançados. Diante desse questionamento, a mesma respondeu o seguinte:

Professora:

“Quando percebo que os objetivos não estão sendo alcançados, procuro analisar onde estou errando e assim, melhorar a minha prática pedagógica em sala de aula, para que a aprendizagem aconteça da melhor forma possível”.

Na resposta da professora, vemos que ela demonstra preocupação com o processo de aprendizagem relacionado ao processo de leitura e escrita das crianças, isso porque tem consciência de que a eficácia de uma boa formação educativa nesse período depende muito, do trabalho desenvolvido pelo professor, em sala de aula Vygotsky (1984). Isso leva a uma profunda reflexão sobre a prática utilizada por ele e mais uma vez entra em cena a formação que recebera, pois são neste momento que será colocada em prática todas as teorias estudadas por ele.

Através da análise do caráter multifacetado da alfabetização e do letramento, concluímos que esses dois termos mesmo sendo distintos, são indissociáveis. Nesta direção, reiteramos acerca da especificidade de cada termo aqui descrito, no que se refere ao desenvolvimento da prática pedagógica e o processo de alfabetização ocorrido na perspectiva do letramento, que somente aprender a ler e a escrever, não resolve, considerando que a leitura e a escrita, abrange a função de ambos os contextos e as práticas sociais.

Portanto, entende-se que o progresso do ensino e aprendizagem na primeira fase da educação infantil, ocorre de forma continuada, de acordo com a particularidade de cada criança. Logo, torna-se fundamental que o professor reconheça o que ela já sabe para ampliar o conhecimento que trazem em sua pequena bagagem e criar novos métodos e estratégias,

visando estimular assim, a sua evolução na linguagem falada e escrita, por meio dos mais diversos recursos. Conforme Ferreiro e Teberosky (2001):

A escrita, inicia-se muito antes do que a escola imagina transcorrendo por insuspeitados caminhos. Que além dos métodos, dos manuais, dos recursos didáticos, existe um sujeito que busca a aquisição de conhecimento, que se propõe problemas e trata de solucioná-los, seguindo sua própria metodologia (FERREIRO e TEBEROSKY, 2001, p. 11).

O objetivo desta pesquisa foi mostrar a importância da alfabetização e do letramento na prática pedagógica na educação infantil e de como o ambiente escolar influencia na formação educacional da criança de primeira fase da vida, tendo em vista que é na escola onde ela encontra um espaço propício para a aquisição da leitura e da escrita, considerando que nessa faixa etária, ela está mais aberta às inúmeras descobertas.

Durante a observação na turma do pré I e II, e da prática pedagógica da professora A, entendemos que uma boa aprendizagem pode acontecer de forma prazerosa com o auxílio de pequenos textos, sem deixar algumas práticas tidas como tradicionais, mas buscando unificá-las a novos métodos e que em um ambiente alfabetizador e letrado, a criança se sente mais estimulada, e assim o seu desenvolvimento acontece de modo mais prazeroso e significativo.

Por meio desta pesquisa, notamos que as crianças demonstraram maior interesse nas atividades que englobam as experiências de seu cotidiano, como foi o caso da tarefa realizada com os rótulos de embalagens de produtos conhecidos pelos pequeninos. Nesta perspectiva, percebemos o quanto é louvável o incentivo à leitura e a escrita através do letramento, considerando que esse modo de alfabetizar desperta a curiosidade das crianças, por fazer sentido para elas.

Nessa proporção, vemos a grande responsabilidade do professor, pois cabe a ele oferecer uma prática pedagógica que possibilite uma aprendizagem de qualidade para a criança nessa faixa etária, considerando que o desenvolvimento da linguagem escrita e falada, acontece através da interatividade com o adulto e com o ambiente que frequenta.

Assim, o embasamento bibliográfico e os dados da pesquisa permitiram-me compreender que trabalhar a alfabetização é o letramento é possibilitar aos pequenos uma forma prazerosa de aprendizagem da leitura e escrita na educação infantil, pois esse método, quando bem trabalhado, só trará benefícios para a formação da criança, como ser social e cultural.

Todavia, vale ressaltar que as práticas de letramento devem estar ligadas a alfabetização, desde cedo, isto porque um complementa o outro, facilitando um espaço onde a aquisição da leitura e escrita ocorre de forma significativa.

Portanto, pode-se afirmar que o trabalho realizado nesta instituição de ensino nos fez compreender o quanto a aprendizagem na educação básica é enriquecida com as atividades que envolvem o letramento da alfabetização dos alunos do ensino infantil.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A conclusão do trabalho monográfico foi de grande relevância para a minha formação pedagógica, pois propiciou um momento de aprofundamento teórico acerca do desenvolvimento da leitura e escrita por meio da prática de alfabetização e letramento, uma vez que esses termos se tornaram parceiros na eficácia dessas habilidades e tem contribuído de forma significativa no processo de ensino e aprendizagem da criança na primeira fase.

Sabemos que ao ingressar, na instituição de ensino infantil, a criança já traz consigo todo um contexto social, no qual está envolvida, deste modo, caberá ao professor ampliar e organizar os pensamentos e conhecimentos oriundos de experiências vivenciadas por ela em determinados ambientes.

A compreensão do professor sobre os termos letramento e alfabetização devem vir antes mesmo do início de seu trabalho no ensino infantil. Assim, com base nas teorias de alguns estudiosos dessa área, foi possível compreender melhor a importância de se trabalhar nessa fase, a prática de letramento e alfabetização, visando uma melhor aprendizagem da criança.

Nesta direção, entende-se que os processos ocorridos por meio das relações sociais vivenciadas pelas crianças permitem que elas mantenham contato com o mundo letrado e assim com a ajuda do professor, se apropriem da leitura e da escrita.

Para tanto caberá ao docente avaliar a sua prática e método utilizados na educação infantil, buscando sempre estimular as crianças na busca pelo saber, já que muitas vezes, a alfabetização e letramento podem ser trabalhados de maneira errada por alguns educadores, tendo em vista que ainda existem muitos que trabalham esses termos separadamente.

Portanto, para que a aprendizagem da criança de ensino infantil aconteça satisfatoriamente é necessário que o professor proponha a ela, um ambiente alfabetizador e organize da melhor forma possível, sua prática pedagógica, incentivando a participação ativa da mesma por meio de aulas dinâmicas, onde seja explorada sua vivência através de atividades desafiadoras envolvendo o processo de letramento e alfabetização.

REFERÊNCIAS

BORTONI-RICARDO, Stella Maris, **Educação em Língua Materna: A Sociolinguística em sala de aula**: São Paulo, Parábola Editorial, 2004, p. 37.

BRANDÃO, Ana Carolina Perrusi; ROSA, Esther Calland de Sousa (Orgs.). **Ler e Escrever na Educação Infantil**. Belo Horizonte: Autêntica Editorial, 2010, p. 22.

BRASIL, Constituição(1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**, Brasília. DF: Senado 1988. Disponível em:

<file:///C:/Users/rogerio/Desktop/Constitui%C3%A7%C3%A3o%20FECERAL%20DE%201988-%202010.htm>.

_____. Lei nº 9394. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, DF: MEC, 1996.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Política Nacional de Educação Infantil**: pelo direito das crianças de zero a seis anos. Brasília: MEC, SEB, 2006.

_____. Presidência da República. **Lei nº 11.114, de maio de 2005**. Altera os arts. 6º, 30º, 32º e 87º da Lei nº9.394, de 20 de dezembro de 1996, com o objetivo de tornar obrigatório o início do ensino fundamental aos seis anos de idade. Brasília, 16 de maio de 2005. disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11114.htm>. Acesso em: 03/11/2014.

BUOSI, Rosangela Bressan. Psicologia da aprendizagem. In: Janira Siqueira Camargo e Sheila Maria Rosim. **Os processos de aprendizagem e desenvolvimento histórico-cultural**. 2 ed ead. Maringá, 2009.

CHICARELLE, R, J. **O lugar da fala da criança na ação docente em situações de educação infantil**. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

CONTIJO, Maria Cláudia. **A escrita infantil**. São Paulo: Cortez 2008.

FERREIRO, Emília. **Com todas as letras**. São Paulo, Cortez, 1992.

_____. Emília. TEBEROSKY, Ana. A compreensão do sistema de escrita: construções originais da criança e informação específica dos adultos. In: FERREIRO, Emília. Reflexão sobre alfabetização. 24. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. Emília. **Com Todas as letras**. São Paulo: Cortez, 1999.

JUNIOR, Kuhlmann Moysés. **História da educação Revista Brasileira de Educação** (mai/jun/jul/ago). Fundação Carlos Chagas, São Paulo, 2000.

KLEIMAN, Ângela (org.). **Os significados do letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 1995.

LUCAS, M. A. O. F. **Os processos de Alfabetização e letramento na educação infantil: contribuições teóricas e concepções de professores.** 2008. Tese (Doutorado e Educação), Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo 2008.

LUCAS, Maria Angélica Olívio Francisco; SAITO, Heloisa Toshie Irie. Alfabetização, letramento e educação Infantil. In: SCHELBAUER, Anaete; LUCAS, M^o Angélica Olívio Francisco; FAUSTINO; Rosangela Célia. **Práticas Pedagógicas, Alfabetização e Letramento.** Maringá, EDUEM, 2010.

LURIA, Alexandre Romanovich: R. O desenvolvimento da escrita na criança. In: Vygotsky, L. ev. Semenovich; Leontiev, Alexis N. **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem.** São Paulo: Ícone, 1988.

PRÓ-LETRAMENTO. Programa de Formação continuada de professores dos anos iniciais do ensino fundamental: **alfabetização e linguagem.** Ed. Ver. E ampli. Incluindo SAEB/Prova Brasil matriz de referencia/ Secretaria de Educação Básica – Brasília: MEC/SEB, 2007.

SCARPA, Regina. Alfabetizar na Educação Infantil. Pode? Revista Nova Escola. Ed. 189. Fev. 2006. Disponível em: <http://revistaescola.abril.com.br/educação-infantil/4-a-6anos/alfabetização-educação-infantil-pode-422868.shtm/>. acesso em: 09/11/2014.

SOARES, Magda. **Letramento e Alfabetização: as muitas facetas.** Revista Brasileira de Educação, n. 25, p. 5-17, jan/fev/mar/abr/, 2004.

_____. Magda. **A reinvenção da alfabetização da alfabetização.** Presença Pedagógica. V. 9 n. 52 jul./ago, 2003.

_____. Magda. **Alfabetização e Letramento.** 5 ed. São Paulo: Contexto, 2008.

_____. Magda. Oralidade, Alfabetização e Letramento. Revista Pátio Educação Infantil Ano VII, n. 20. jul/Out. 2009. Disponível em: <http://falando dos pequenos.blogspot.com/2010/04/alfabetizando-e-letrando-na-educacao-infantil.html>. Acesso em: 05/11/2015

_____. Magda. **Letramento: um tem em três gêneros.** Belo Horizonte; Autêntica, 2001.

VYGOTSKY. Lev. S. **a formação social da mente.** São Paulo: Martins Fontes, 1984.

_____. **A formação Social da Mente.** São Paulo, Martins Fontes, 2007.

Apêndices

Foto 1. Fachada da Escola.....
Cuitegi/PB



Fonte: Arquivo pessoal, 2014.

Foto 2. Cantinho da leitura



Fonte: Arquivo pessoal, 2014.

Foto 3. Família sílabica



Fonte: Arquivo pessoal, 2014.